Construindo reflexões sobre o uso de telas na infância: relato de experiência em ações extensionistas com profissionais da rede de proteção e educação infantil

Promoting Reflections on Screen Use in Childhood: An Experience Report on Extension Activities with Child Protection and Early Childhood Education Professionals

Caroline Guisantes de Salvo Toni[1], Nayane Isabel Duarte[2], Nicole Apolinário de Oliveira[3]

[1] Doutora em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo (USP). Docente do Departamento de Psicologia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Campus Irati, carolinegs@unicentro.br

[2] Discente do curso de Psicologia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Campus Irati, nayaneid@hotmail.com

[3] Discente do curso de Psicologia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Campus Irati, nicoleapolinarioo28@gmail.com

RESUMO

O relato descreve ações extensionistas realizadas por um projeto voltado aos impactos do uso de telas no desenvolvimento infantil. A partir das ações voltadas a pais e cuidadores, expandiram-se as ações para professoras de educação infantil e profissionais da rede de proteção da assistência social. O foco das ações foi a reflexão e desenvolvimento, junto a esses profissionais, de habilidades e competências envolvendo o manejo de telas na infância. As intervenções abordaram recomendações de tempo de tela, efeitos do uso de telas no desenvolvimento infantil, classificação indicativa de conteúdos e formas de se analisar conteúdo digital para crianças, além de estratégias de redução de danos, mediação e o *co-viewing*. Participaram das oficinas em média quarenta profissionais atuantes na educação e na saúde. Os resultados indicaram que parte dos conteúdos trabalhados era desconhecida de maneira aprofundada pelos participantes, que demonstraram engajamento e abertura para reflexão. Foram identificadas dificuldades pontuais, como limitações estruturais no espaço utilizado em uma das intervenções e maior necessidade de duração para as ações. Conclui-se que os trabalhos realizados pelos extensionistas contribuíram para ampliar o repertório dos profissionais sobre mediação do uso de telas e promover práticas de cuidado conscientes junto às crianças.

Palavras-chave: Tecnologias digitais. Desenvolvimento infantil. Formação continuada. Saúde pública. Práticas educativas.

ABSTRACT

This study describes extension activities carried out as part of a project focused on the impacts of screen use on child development. Based on the initiatives aimed at parents and caregivers, the scope was expanded to include early years teachers and professionals working within the social care protection network. The focus of the activities was on encouraging these professionals to reflect on and develop skills and competences relating to the use of screens in early childhood. The interventions addressed recommendations for screen time, the effects of screen use on child development, content age ratings, and ways of assessing digital content for children, as well as harm reduction strategies, mediation, and co-viewing. An average of forty education and healthcare professionals attended the workshops. The results indicated that the participants had limited in-depth knowledge of the content addressed, although they demonstrated engagement and openness to reflection. Specific difficulties were identified, such as structural limitations in the space used in one of the interventions and the need for the activities to be extended. It can be concluded that the work carried out by the extension team contributed to expanding the professionals' regarding the mediation of screen use and promoting conscious care practices with children.

Keywords: Digital technologies. Child development. Continuing education. Public health. Educational practices.

Modalidade: Relato de Experiência

Submissão: 31 jul. 2026

Aceite: 06 set. 2026

Publicação: 11 out. 2026

1. Introdução

O avanço tecnológico das últimas décadas transformou profundamente as formas de interação e acesso à informação, colocando as telas no centro da vida cotidiana. Por telas compreende-se para além da clássica televisão, os dispositivos de bolso, móveis e portáteis, entre eles celulares, tablets, smartphones e videogames, enquanto a exposição a telas diz respeito à soma do tempo de uso de todas essas mídias (Nobre, 2021; Nunes; Mietto; Oliveira, 2025).

Esse avanço foi profundamente influenciado pela pandemia de COVID-19, a qual teve uma influência massiva na sociedade, inclusive no aumento do acesso a telas devido a necessidade de isolamento e deslocamento das atividades de trabalho, educação e lazer para os meios digitais (Bergmann et al.,2022). Pesquisas apontam que, principalmente entre as crianças, se observou um aumento considerável do uso de telas no pós-pandemia. Madigan et al. (2022) registrou 52% de acréscimo do tempo de tela no pós-pandemia, 1.4 há mais comparado ao período pré-pandemia, em adolescentes entre 12 e 18 anos. Os dados demonstram um cenário preocupante, uma vez que esses aumentos expressivos ultrapassam as recomendações de tempo de exposição a telas propostas pela Sociedade Brasileira de Pediatria (2024), que orienta a não exposição de crianças menores de 2 anos, no máximo 1 hora ao dia dos 2 aos 5, 1 a 2 horas dos 6 aos 10 e para adolescentes de 11 a 18 a indicação é de 2 a 3 horas por dia.

Nesse cenário de aumento do uso de telas, diversos estudos (Pereira e Rodrigues, 2024; Santos et al., 2024) já concluíram que o uso excessivo de telas está diretamente ligado a uma piora da saúde mental, com impactos ainda maiores na infância, visto que se trata de um período sensível para o desenvolvimento de diversas habilidades e funções (Papalia e Martorell, 2022). À vista disso, pode-se dar destaque ao prejuízo nas áreas da linguagem, sono, atenção, regulação emocional e comportamental, bem como o impacto negativo na construção de hábitos saudáveis nesta fase da vida, como prática de exercício físico, nutrição e a baixa interação entre cuidadores e crianças (Corkin et al., 2021; Rocha et al., 2022).

Sendo assim, o aumento do uso de telas exige reflexões que considerem não apenas o comportamento individual das crianças, mas também os contextos sociais, familiares e culturais em que esse uso acontece, já que se trata também de uma pauta de saúde pública. Para tanto, a extensão universitária torna-se necessária por seu caráter transformador na relação entre a universidade e a sociedade, articulando-se ao ensino e à pesquisa, com finalidade educacional, cultural e científica, configurando-se como um espaço de interação e troca de saberes que contribui para a transformação social e para a formação crítica dos sujeitos envolvidos (Saldan; Santos, 2019).

Segundo Saldan e Santos (2019) e Ketzer, Ribeiro e Pereira (2024), a importância da extensão universitária está relacionada ao compromisso social da instituição e à promoção de uma formação crítica, reflexiva e plural do estudante, além de ser uma dimensão fundamental na formação acadêmica e na construção de conhecimento em diálogo

com a sociedade. Por isso, a participação dos estudantes nas ações extensionistas também favorece aproximações com diferentes realidades sociais, contribuindo para sua formação acadêmica e profissional. Conforme as normas regulamentares da Unicentro (2012), esse processo deve ser guiado por diretrizes como a interação dialógica, a interdisciplinaridade e o impacto social, visando a produção e aplicação do conhecimento em favor da comunidade.

Além disso, estruturalmente, a extensão se organiza em programas, que são conjuntos articulados de atuações, e em projetos, os quais abrangem modalidades específicas como ações de extensão de caráter contínuo, cursos organizados de forma sistemática, eventos para difusão de conhecimentos ou produtos e a prestação de serviços, que deve possuir natureza predominantemente acadêmica e formativa (Unicentro, 2012; Forproex, 2012).

Visto então que o uso de tecnologias digitais tem se tornado mais frequente no cotidiano infantil, observa-se a necessidade de ações voltadas à orientação, reflexão e construção de habilidades junto da comunidade, acerca dos impactos do uso excessivo de telas no desenvolvimento das crianças. Principalmente considerando que a utilização desde a primeira infância pode influenciar aspectos relacionados ao desenvolvimento, à aprendizagem e ao bem-estar, tornando essencial a mediação e o acompanhamento por parte dos responsáveis (Mann et al., 2025; Rossi, 2024). Diante desse cenário, o projeto de ensino, pesquisa e extensão da Universidade Estadual do Centro-Oeste, intitulado "Parentalidade e tecnologias digitais: promovendo práticas responsivas na infância", tem como objetivo orientar e auxiliar responsáveis por crianças de até seis anos de idade quanto ao uso de celulares, tablets e outras tecnologias digitais durante a primeira infância, buscando promover práticas educativas mais conscientes e saudáveis no contexto familiar. Participam do projeto docentes, acadêmicos e membros da comunidade externa, fortalecendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão por meio da troca de conhecimentos entre universidade e sociedade.

Um dos eixos do projeto consiste na formação continuada de profissionais e de indivíduos interessados no acompanhamento de crianças, proporcionando momentos de atividades psicoeducativas, de orientação, reflexão e desenvolvimento de habilidades e competências que ampliam o conhecimento desses sujeitos sociais sobre o uso das tecnologias na infância e fortalecem práticas responsivas no cuidado infantil. Esse eixo em questão foi sendo estruturado ao longo da atuação do projeto na comunidade, a partir da identificação de demandas emergentes observadas no contato com as instituições e com os profissionais que acompanham o desenvolvimento infantil. Nesse processo, verificou-se a necessidade de ampliar as ações para além das famílias, incluindo os contextos educacionais e institucionais, considerando que muitas crianças passam grande parte do seu tempo nesses espaços, onde o uso de tecnologias digitais também se faz muito presente.

Desse modo, a formação continuada foi entendida como um processo permanente de aprendizagem e

desenvolvimento, que ocorre ao longo da vida e se constrói a partir das experiências, da reflexão sobre a prática e das demandas do contexto social, não se restringindo apenas ao ambiente profissional (Tunes; Barreiro, 2023). Em vista disso, configura-se como uma importante intersecção entre ensino e extensão, mostrando-se fundamental não apenas para pais e responsáveis, mas também para outros profissionais e indivíduos que acompanham o desenvolvimento infantil em diferentes contextos. Assim, professores da educação infantil podem se beneficiar desse processo formativo ao refletirem sobre o uso das tecnologias digitais nesse âmbito, seus possíveis excessos e os seus impactos no desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças, bem como suas reverberações no contexto escolar. Além disso, torna-se relevante considerar que o cuidado com a criança não ocorre de forma isolada, mas está diretamente relacionado aos diferentes ambientes em que ela está inserida, exigindo a participação de todos aqueles que contribuem para seu processo de desenvolvimento.

Da mesma forma, profissionais que atuam em serviços da rede de proteção, como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), e outros trabalhadores da área social, educacional e da saúde, encontram na formação continuada um espaço de reflexão e atualização sobre práticas que envolvem o cuidado, a orientação e a mediação do uso das telas na infância, especialmente quando se considera que esses profissionais fazem uso frequente de recursos tecnológicos em suas intervenções. As atividades de formação continuada demonstram, assim, como a universidade pode contribuir diretamente com as demandas da comunidade ao integrar ensino e extensão na produção e compartilhamento de conhecimentos que se constroem a partir das necessidades reais da população, adequando-se às demandas do contexto local e contribuindo para o desenvolvimento infantil de forma integral, visando sempre o bem-estar e cuidado da criança (Deimling, 2024; Carvalho; Manoel; Pereira, 2023).

Logo, as vivências construídas ao longo das atividades extensionistas foram fundamentais para a formação dos estudantes, ao mesmo tempo em que possibilitaram a troca de saberes com a comunidade, aspecto central da extensão universitária enquanto prática dialógica e transformadora (Feloniuk, 2025). Tal articulação entre a universidade e a população local, evidencia a relevância de relatar as experiências desenvolvidas, uma vez que proporcionaram importantes reflexões sobre o uso de telas na infância e seus impactos no desenvolvimento. Assim, esse relato de experiência tem como objetivo descrever e analisar as ações realizadas da formação continuada em equipamento de educação e da assistência social, destacando suas contribuições para a ampliação do debate sobre o uso de tecnologias digitais na infância, bem como para o fortalecimento de práticas de cuidado mais conscientes e responsivas nos diferentes contextos em que a criança está inserida.

2. Metodologia

As ações extensionistas foram desenvolvidas por meio de uma

abordagem centrada na realização de ações formativas voltadas a profissionais atuantes em diferentes contextos institucionais. As intervenções ocorreram com a participação média de quarenta profissionais em cada encontro e foram conduzidas por alunos extensionistas que participavam previamente de ações com grupos de pais, os quais contaram com treinamento de base junto a um grupo de pesquisa da USP, além de materiais de estudo do grupo de pesquisa, ensino e extensão, que incluíram a leitura de livros e artigos sobre a temática. Ademais, aconteceram em um único encontro, com duração de 1h30min, planejado com o objetivo de promover reflexão e construção coletiva de conhecimentos. Nesse cenário, foram realizadas duas formações em dias distintos: a primeira direcionada a profissionais da rede de proteção, que integram o sistema de atendimento à criança e ao adolescente, com o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), além de profissionais dos campos social, educacional e da saúde; e a segunda voltada a professoras de dois Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI) de um município de médio porte. A escolha por um único encontro formativo deu-se em função das condições organizacionais e da disponibilidade dos participantes, frente às rotinas institucionais. Optou-se por acolher essa demanda e focar na potencialização da qualidade das trocas e na construção de saberes aplicáveis às práticas profissionais no tempo disponível.

Ambas as ações promoveram discussões sobre o mesmo conteúdo: "O uso de telas na infância", atravessando 4 eixos temáticos, sendo eles: i) recomendações dos órgãos de saúde para o uso de telas na infância; ii) impactos das telas no desenvolvimento infantil; iii) como avaliar conteúdo adequado/inadequado, em que o método utilizado consistiu na apresentação de mídias como exemplos, seguida de análise coletiva a partir de critérios positivos ou negativos e; iv) fatores protetivos e redução de danos do uso excessivo. As atividades foram estruturadas de maneiras distintas para cada público-alvo, buscando atender às especificidades de cada contexto de atuação e possibilitando o aprofundamento dos conteúdos conforme as demandas das instituições.

3. Resultados e Discussão

Os encontros realizados com os profissionais evidenciaram, de início, uma série de aspectos positivos que merecem destaque. De modo geral, observou-se uma participação ativa dos envolvidos, com disponibilidade para compartilhar experiências do cotidiano de trabalho e questionar práticas previamente naturalizadas no uso de telas na infância. Esse engajamento possibilitou discussões e reflexões sobre práticas que muitas vezes já estavam naturalizadas. Inclusive, a atividade extensionista contribuiu não apenas para compartilhar informações, mas sobretudo à construção de uma troca de conhecimento, em conjunto com a comunidade, problematizando a relação entre infância e telas (Figura 1).



Figura 1: Formação realizada com professoras de educação infantil durante a atividade extensionista. (**Fonte**: as autoras, 2026).

Um dos principais pontos fortes das intervenções esteve relacionado à possibilidade de apresentar e sistematizar conhecimentos que, até então, não faziam parte das habilidades dos profissionais. Destacou-se, nesse sentido, o trabalho desenvolvido em torno da classificação e análise de vídeos infantis, em que ao longo dos encontros, foram discutidos a diferença entre conteúdos educativos e de entretenimento, bem como quais critérios são necessários para considerar um desenho adequado ou não para a criança (Figura 2). Além disso, buscou-se trabalhar a ideia de que conteúdos positivos não se definem apenas pela ausência de elementos negativos, mas pela presença de "características compatíveis com o estágio de desenvolvimento do público-alvo" (Brasil, 2025). O conhecimento desses parâmetros possibilitou que os profissionais passassem a olhar para os conteúdos audiovisuais de maneira mais estruturada, ampliando o seu repertório e a sua capacidade de análise.



Figura 2: Material utilizado durante a atividade extensionista para orientar a análise crítica de desenhos infantis (**Fonte**: as autoras, 2026).

Nesse quesito, embora os profissionais demonstrassem certo conhecimento sobre conteúdos considerados inadequados (violência, conteúdo sexual, amedrontador), evidenciou-se uma limitação na identificação concreta desses elementos nos materiais consumidos, principalmente quando apareciam de formas mais sutis. Alguns exemplos discutidos nos encontros evidenciaram essa dificuldade: conteúdos do tipo "unboxing" que consistem em desembalar novos produtos, onde o consumidor mostra detalhes da embalagem, o produto em si e sua primeira reação, criando um conteúdo de desejo com forte apelo consumista e de propaganda; desenhos que apresentam uma violência naturalizada, como "Pica-Pau"; e desenhos com conteúdo amedrontador, a exemplo de "Scooby-Doo", não eram prontamente reconhecidos como problemáticos.

No caso específico da publicidade, muitos profissionais não identificavam estratégias de comercialização inseridas na narrativa dos vídeos, como a promoção indireta de brinquedos, marcas ou estilos

de vida. Isso aponta para a complexidade das formas contemporâneas de propaganda, que frequentemente escapam aos modelos tradicionais e se apresentam de modo integrado ao entretenimento (Andrade e Castro, 2020). Já em relação à violência, conteúdos naturalizados culturalmente, a exemplo de agressões físicas usadas como recurso humorístico: personagens que se batem, caem de grandes alturas ou utilizam armas e objetos para machucar uns aos outros sem consequências aparentes; além de cenas de humilhação, perseguições e ameaças eram pouco reconhecidas como formas de violência e potencialmente prejudiciais, o que evidencia um processo de banalização desses elementos. Essa dificuldade de identificação pode ser compreendida, em parte, pela própria inserção dos profissionais em uma cultura midiática que normaliza tais conteúdos. Assim, não se trata apenas de uma falta de conhecimento técnico, mas também de uma implicação subjetiva, o que exige uma abordagem formativa que vá além da dimensão informativa, alcançando efetivamente a dimensão crítica e reflexiva (Di Giorgi et al., 2011).

Nesta mesma lógica, foi igualmente discutido sobre a classificação indicativa de desenhos animados e conteúdos audiovisuais que constitui uma importante estratégia de orientação quanto à adequação etária das mídias consumidas por crianças. Discutiu-se com os profissionais como a categoria "livre", por exemplo, frequentemente reúne conteúdos destinados a públicos bastante distintos dentro da infância, desconsiderando que crianças pequenas e crianças em idade escolar apresentam repertórios cognitivos, emocionais e sociais muito diferentes. Então, um conteúdo considerado livre pode não ser necessariamente apropriado para todas as faixas etárias incluídas nessa classificação. De modo semelhante, classificações voltadas para crianças de até 10 anos também tendem a ser insuficientes para contemplar as especificidades do desenvolvimento infantil. Entre os primeiros anos de vida e o final da infância, ocorrem mudanças significativas na compreensão simbólica, no processamento emocional, na capacidade crítica e na interpretação de mensagens midiáticas, o que evidencia os limites de categorias etárias muito amplas (Sarmento, 2019). Essas informações eram, em sua maioria, não analisadas a fundo pelos profissionais e professores participantes, o que aponta para a necessidade de incluir o tema da classificação indicativa em espaços de formação continuada voltados a quem atua diretamente com crianças e famílias. Com isso, destaca-se a importância de movimentos envolvendo a temática como atualizações recentes no Guia Prático de Classificação Indicativa para Obras Audiovisuais (Brasil, 2025), que passa a propor categorias mais específicas para a infância, como a classificação “não recomendado para menores de 6 anos”. Embora não tenha sido ainda implementada efetivamente, sua proposição demonstra a preocupação que vem crescendo com os impactos que determinados conteúdos podem produzir no desenvolvimento de crianças pequenas.

Outro aspecto relevante refere-se ao ambiente digital que, embora a classificação indicativa esteja mais presente em canais televisivos e plataformas regulamentadas, na internet

sua aplicação ainda ocorre de forma irregular ou, em muitos casos, é inexistente. Segundo Radesky et al. (2020), crianças pequenas podem ser expostas com facilidade, em plataformas digitais como o YouTube, a conteúdos inadequados para sua faixa etária, incluindo violência, medo, linguagem ofensiva, publicidade velada e estereótipos, mesmo em vídeos aparentemente destinados ao público infantil, o que evidencia os desafios de regulação e mediação nesses ambientes digitais. E em redes sociais, crianças frequentemente acessam materiais sem qualquer mediação clara sobre faixa etária, aumentando a exposição a conteúdos inadequados, violentos, sexualizados ou incompatíveis com seu nível de maturidade emocional (Cavalcanti et al., 2024). Dessa forma, torna-se fundamental ampliar o debate sobre os limites da classificação indicativa e propor formas mais específicas de mediação, favorecendo um acesso seguro e saudável aos conteúdos midiáticos.

Entre as estratégias de mediação discutidas nas ações extensionistas, destaca-se o *co-viewing*[1], prática em que adultos assistem aos conteúdos junto às crianças, acompanhando, dialogando e mediando a experiência (Uhls; Robb, 2017). Trata-se de uma estratégia fundamental de interação e redução de danos relacionados ao uso de telas na infância. Quando pais, responsáveis ou profissionais compartilham esse momento com a criança, torna-se possível explicar situações apresentadas, nomear emoções, estimular a linguagem, desenvolver senso crítico e favorecer vínculos afetivos. Dessa forma, o conteúdo midiático deixa de representar apenas uma exposição passiva e passa a constituir oportunidade de aprendizagem e convivência (Strouse et al., 2018). Nas atividades extensionistas observou-se que muitos profissionais desconheciam o *co-viewing* como estratégia protetiva e educativa, o que reforça a importância de ampliar ações formativas que apresentem alternativas práticas e acessíveis para o uso mais consciente das mídias no cotidiano infantil.

Outro ponto relevante trazido nos encontros, o qual professores e profissionais não detinham do conhecimento, refere-se ao uso de telas em segundo plano, como televisores ligados continuamente ou celulares reproduzindo vídeos no ambiente sem atenção direta da criança. Mesmo quando não há foco aparente no conteúdo, esses estímulos podem acabar prejudicando a qualidade das interações familiares, reduzir a atenção compartilhada e interferir na concentração e no brincar espontâneo. A presença constante de sons e imagens fragmenta o ambiente e dificulta momentos de troca mais qualificados entre adultos e crianças (Araújo et al., 2024; Magalhães et al., 2026).

Do mesmo modo, se destaca que, em muitos contextos, assistir televisão tende a ser menos prejudicial do que o uso individualizado do celular. A televisão costuma favorecer consumo mais estático e compartilhado, com maior possibilidade de supervisão adulta e menor estimulação interativa imediata. Já o celular, por ser portátil, em uma tela menor e de difícil monitoramento, favorece uso prolongado, maior exposição individual e acesso

[1] Em português, o termo pode ser compreendido como: "visualização compartilhada".

facilitado a conteúdos inadequados (Lima; Brito; Angel, 2025; Rodrigues Machado; De Lima Santos; Grossi-Milani, 2025). Assim, a orientação não deve se limitar apenas ao tempo de tela, mas considerar inclusive o tipo de dispositivo, a forma de mediação e o contexto em que esse uso ocorre.

Além disso, é fundamental ressaltar a centralidade do brincar no desenvolvimento infantil, fato esse que era de conhecimento prévio entre os profissionais e professores. Brincadeiras livres, interações presenciais, atividades motoras e experiências simbólicas favorecem aspectos cognitivos, sociais, emocionais e criativos que não são plenamente substituídos pelas telas (Duarte; Cavalcante, 2025; Habowski; Ratto, 2025). Nesse sentido, os recursos audiovisuais devem ocupar um lugar complementar na rotina da criança, sem substituir os momentos de exploração ativa do ambiente e de interação humana.

Ademais, a realização das atividades extensionistas possibilitou identificar potencialidades e limites no processo de intervenção junto à comunidade. Um dos principais desafios observados refere-se ao tempo reduzido destinado às ações, o que impactou diretamente na profundidade das discussões. Além disso, em uma das formações, observaram-se limitações estruturais relacionadas ao espaço físico, cuja dimensão reduzida para o número de participantes e as condições inadequadas de iluminação dificultaram a visualização dos materiais projetados e comprometeram parcialmente a dinâmica da apresentação (Figura 3). Em ambos os grupos, desenvolvido com ambos profissionais e professores, não foi possível aprofundar de maneira satisfatória a temática da regulação emocional, restringindo o desenvolvimento de reflexões mais complexas e a construção coletiva de estratégias práticas para o cotidiano de trabalho (Santana et al., 2021; Santos; Deus, 2014). Nessa temática ainda, foi observada uma diferença entre os públicos, uma vez que os professores demonstraram conhecimento prévio sobre o tema, construído através das suas vivências em sala de aula, enquanto os profissionais demonstraram ter pouco conhecimento sobre o assunto. Nota-se, portanto, que o aprofundamento conceitual e o maior embasamento técnico foram possibilitados pela atuação dos extensionistas, apesar do tempo reduzido para elaborar mais acerca da regulação emocional nos dois grupos.



Figura 3: Registro de um dos momentos da formação realizada com profissionais da rede de proteção e áreas da assistência social, educação e saúde (**Fonte:** as autoras, 2026).

Apesar dessa limitação, os encontros evidenciaram demandas relevantes do contexto. Os professores participantes destacaram a necessidade de ampliar o diálogo com as famílias, especialmente no que se refere à orientação parental e ao desenvolvimento emocional das crianças. Em vista disso, foi sugerida a realização de reuniões com os

pais como estratégia de continuidade das ações, indicando a importância de uma abordagem integrada entre escola e família no processo de desenvolvimento infantil (Cia; Pamplin; Willians, 2008).

A partir dos encontros realizados foi possível observar que os profissionais trouxeram, com frequência, relatos de caráter pessoal, o que evidencia o envolvimento e a implicação subjetiva com a temática; bem como pode significar uma dificuldade em articular as discussões com o contexto de trabalho institucional com crianças. Por outro lado, é possível considerar que os profissionais nem sempre reconhecem ou nomeiam determinadas situações presentes em seu cotidiano como atravessadas pela questão do uso de telas, o que pode dificultar a leitura mais precisa das situações que rodeiam seu fazer (Souza et. al, 2025). Dessa forma, experiências e manifestações das crianças, como dificuldade de concentração, agitação, isolamento social, alteração no sono, entre outros que poderiam ser compreendidas à luz dessa temática tendem, por vezes, a ser interpretadas de forma isolada e desvinculada desse fator, o que reforça a importância de favorecer ferramentas que ampliem a capacidade de análise e identificação dessas relações no contexto institucional.

Conjuntamente, a proposta favoreceu processos reflexivos e a ampliação de perspectivas dos participantes, que inicialmente tendiam a destacar os aspectos positivos das telas, mas passaram a reconhecer seus impactos negativos ao longo dos encontros. Isso constata que o uso de telas não é intrinsecamente positivo ou negativo, dependendo da forma de utilização, da idade da criança e do contexto, exigindo análise cuidadosa das perdas e ganhos para o desenvolvimento e o bem-estar infantil (Rocha e Machado, 2024; Santos et al., 2024). Além disso, os profissionais demonstraram interesse em dar continuidade às discussões sobre o tema.

Esse aspecto reforça a importância do desenvolvimento de propostas de formação continuada, que possibilitem não apenas a ampliação teórica, mas também a sustentação de espaços de escuta e reflexão ao longo do tempo (Costa, 2014; Silva e Sontag, 2026). Da mesma forma, considerando que os profissionais da rede, como o CREAS, acolhem crianças em situações de vulnerabilidade e que os professores convivem com elas durante longos períodos do dia, torna-se fundamental investir em processos formativos que contribuam para a qualificação do olhar e da intervenção, favorecendo uma atuação mais sensível às múltiplas dimensões que perpassam o desenvolvimento infantil, inclusive o uso de telas.

Diante do exposto, notou-se a relevância da extensão universitária como um eixo fundamental na formação acadêmica, na medida em que possibilita a articulação entre teoria e prática, promovendo a aproximação dos estudantes com as demandas reais da comunidade (Forproex, 2012; Santos; Deus, 2014). A vivência extensionista contribui para o desenvolvimento de um olhar crítico, sensível e contextualizado, favorecendo a construção de conhecimentos que extrapolam o âmbito estritamente teórico. Além disso, ao inserir os estudantes em espaços de diálogo com diferentes profissionais e contextos institucionais, a extensão potencializa a

formação de sujeitos preparados para atuar de maneira ética e comprometida com as necessidades sociais. Portanto, mesmo diante dos desafios e limitações identificados, as experiências vivenciadas reafirmam a importância da continuidade e do fortalecimento de ações extensionistas como parte estruturante do processo formativo (Fontenele, 2021).

4. Conclusão

Diante das experiências relatadas, evidenciou-se que as ações extensionistas voltadas à formação continuada sobre o uso de telas na infância possibilitaram momentos de reflexão e troca entre os profissionais e os estudantes, favorecendo discussões sobre práticas que muitas vezes já estavam naturalizadas no cotidiano. As intervenções possibilitaram ampliar o conhecimento dos professores e profissionais acerca dos impactos das tecnologias digitais no desenvolvimento infantil, especialmente no que se refere à mediação do uso de telas como o *co-viewing*, à análise crítica de conteúdos audiovisuais e a classificação indicativa dos mesmos; bem como à compreensão das especificidades do desenvolvimento infantil como linguagem, atenção, regulação emocional e o sono, frente às mídias digitais.

Ao mesmo tempo, as experiências também evidenciaram desafios importantes, como o tempo reduzido das intervenções, limitações estruturais dos espaços utilizados e a necessidade de aprofundamento contínuo da temática junto aos profissionais da educação, saúde e assistência social. Tais aspectos reforçam a importância de ações formativas permanentes, que possibilitem a continuidade das discussões e a construção coletiva de estratégias voltadas ao cuidado infantil no contexto atual que é tomado pelas tecnologias digitais.

Além do exposto, os encontros revelaram a existência de lacunas formativas relacionadas à identificação de conteúdos inadequados, à compreensão da classificação indicativa, às estratégias de mediação parental como o *co-viewing* e aos efeitos do uso excessivo de telas no desenvolvimento emocional, cognitivo e social das crianças. Por fim, as experiências evidenciaram a importância da extensão universitária na aproximação entre universidade e comunidade, e seu papel na formação crítica e ética dos estudantes.

Referências

ANDRADE, Marcelo de; CASTRO, Gisela G. S. Youtubers mirins e os vídeos unboxing: uma reflexão sobre a criança conectada nas tramas da publicidade contemporânea. ***Revista Mídia e Cotidiano***, v. 14, n. 1, p. 96–116, 2020. Disponível em: https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/38458. Acesso em: 5 maio 2026.

ARAÚJO, I. F. M. et al. O impacto da exposição a telas no desenvolvimento infantil: evidências e recomendações práticas. ***Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences***, v. 6, n. 11, p. 3938-3949, 2024. Disponível em: https://bjihs.emnuvens.com.br/bjihs/article/view/2439. Acesso em: 23 mar. 2026.

BERGMANN, Christian et al. Young children's screen time during the first COVID-19 lockdown in 12 countries. ***Scientific Reports***, [s. l.], v. 12, n. 1, p. 2015, 7 fev. 2022. Disponível em: https://www.nature.com/articles/s41598-022-05840-5. Acesso em: 31 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Direitos Digitais. **Classificação indicativa: guia prático de artes visuais.** 2. ed. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/classificacao-1/paginas-classificacao-indicativa/guia-de-classificacao. Acesso em: 7 maio 2026.

CARVALHO, Leila Lôbo de; MANOEL, Letícia de Oliveira; PEREIRA, Cláudio Alves. Formação continuada para docentes da educação infantil em um contexto pandêmico: narrativa de uma experiência extensionista. ***Revista Cocar***, v. 17, n. 35, 2023. Disponível em: https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/6252/2897. Acesso em: 7 maio 2026.

CAVALCANTI, Bruna Lima Durans; SOARES, Giovana Balbinot; LIMA, Jaqueline Rego; GASPAR, Christian Diego de França; OLIVEIRA, Karyne Gleyce Zemf. O impacto do uso de telas digitais no desenvolvimento cognitivo infantil: uma revisão de literatura. ***Research, Society and Development***, v. 13, n. 7, e6113746285, 2024. DOI: http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v13i7.46285. Acesso em: 31 mar. 2026.

CIA, Fabiana; PAMPLIN, Renata Christian de Oliveira; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. O impacto do envolvimento parental no desempenho acadêmico de crianças escolares. ***Psicologia em Estudo***, Maringá, v. 13, n. 2, p. 351-360, abr./jun. 2008. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-73722008000200018. Acesso em: 31 mar. 2026.

CORKIN, M. T. et al. Associations between technoference, quality of parent-infant interactions, and infants' vocabulary development. ***Infant Behavior and Development***, v. 64, 101611, p. 1-16, ago. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.infbeh.2021.101611. Acesso em: 31 mar. 2026.

COSTA, Simone Alves. *O espaço da escuta na escola para formação continuada: desafios, resistências e conquistas*. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso

(Especialização) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2014. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/entities/publication/36b513be-34da-4e44-81b6-832ed3115baf. Acesso em: 05 maio 2026.

DEIMLING, Natalia Neves Macedo; DEIMLING, Cesar Vanderlei. Formação continuada de professores dos anos iniciais do ensino fundamental: a extensão universitária comprometida com a relação escola-universidade. ***Ensino & Pesquisa***, v. 22, n. 3, p. 49-64, 2024. DOI: https://doi.org/10.33871/23594381.2024.22.3.9613. Acesso em: 1 abr. 2026.

DI GIORGI, Cristiano Amaral Garboggini et al. A escola hoje e os desafios docentes: o professor crítico-reflexivo. In: DI GIORGI, Cristiano Amaral Garboggini et al. **Necessidades formativas de professores de redes municipais: contribuições para a formação de professores crítico-reflexivos.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. p. 23-32.

DUARTE, Renata Balado; CAVALCANTE, Cláudia Carvalho de Almeida. O IMPACTO DAS TELAS NO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E EMOCIONAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA. ***Revista ft***, v. 29, n. 149, p. 40–41, 2025. DOI: 10.69849/revistaft/cl10202508311240. Acesso em: 1 abr. 2026.

FELONIUK, Wagner. História do Conceito de Extensão Universitária: aspectos normativos e políticos da atuação universitária brasileira na sociedade. ***Revista Brasileira de História & Ciências Sociais***, *[S. l.]*, v. 17, n. 34, p. 710–736, 2025. DOI:https://doi.org/10.63595/rbhcs.v17i34.18023. Acesso em: 1 abr. 2026.

FONTENELE, Iolanda Carvalho. A curricularização da extensão no Brasil: história, concepções e desafios. ***Educação Pública***, Rio de Janeiro, v. 21, n. 15, p. 1-8, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-0259.2024.e97067. Acesso em: 31 mar. 2026.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária**. 2012. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf. Acesso em: 31 mar. 2026.

HABOWSKI, Adilson Cristiano; RATTO, Cleber Gibbon. O brincar das crianças e os discursos sobre o digital: risco e dispositivo da periculosidade. ***Educar em Revista***, v. 41, n. e88739, p. 1-17, 2025. DOI: https://doi.org/10.1590/1984-0411.88739. Acesso em: 1 abr. 2026.

KETZER, Patricia; RIBEIRO, Silvana; PEREIRA, Thiago Ingrassia. Por uma Extensão Universitária Latino-Americana e Feminista. ***Revista Estudos Feministas***, *[S. l.]*, v. 32, n. 3, p. 1-13, 2024. DOI:https://doi.org/10.1590/1806-9584-2024v32n393392. Acesso em: 1 abr. 2026.

LIMA, Adriele Souza de; BRITO, Luísa Vida; ANGEL, Douglas José. USO DE DISPOSITIVOS DIGITAIS NA PRIMEIRA INFÂNCIA: A MEDIAÇÃO PARENTAL E SEU IMPACTO NA PROTEÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL – UMA REVISÃO SISTEMÁTICA. ***Revista ft***, v. 29, n. 152, p. 07–08, 2025. DOI:

10.69849/revistaft/cl10202511131207. Acesso em: 7 maio. 2026.

MADIGAN, S. et al. Assessment of changes in child and adolescent screen time during the COVID-19 pandemic: a systematic review and meta-analysis. ***JAMA Pediatrics***, v. 176, n. 12, p. 1188-1198, 2022. Disponível em: https://jamanetwork.com/journals/jamapediatrics/fullarticle/2798256. Acesso em: 31 mar. 2026.

MAGALHÃES, M. V. et al. Impacto das telas no neurodesenvolvimento infantil. ARACÊ: ***Revista Acadêmica da Ciência do Estudante***, v. 8, n. 2, p. 1-15, 2026. DOI: https://doi.org/10.56238/arev8n2-042. Disponível em: https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/12111. Acesso em: 31 mar. 2026.

MANN, Supreet; CALVIN, Angela; LENHART, Amanda; ROBB, Michael B. **The Common Sense census: media use by kids zero to eight, 2025**. San Francisco, CA: Common Sense Media, 2025.

NOBRE, Juliana Nogueira Pontes et al. Fatores determinantes no tempo de tela de crianças na primeira infância. ***Ciência & Saúde Coletiva*****,** Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 1127–1136, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/GmStpKgyqGTtLwgCdQx8NMR/?lang=pt. Acesso em: 23 mar. 2026.

NUNES, T. A. R.; MIETTO, G. S. de M.; OLIVEIRA, V. M. de. O uso de telas digitais na primeira infância e a relação com a comunicação e interação: revisão de literatura. DOXA: ***Revista Brasileira de Psicologia e Educação***, Araraquara, v. 26, n. 00, p. e025010, 2025. DOI:https://doi.org/10.30715/doxa.v26i00.20099. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/20099. Acesso em: 1 abr. 2026.

PAPALIA, Diane E.; MARTORELL, Gabriela. **Desenvolvimento humano**. 14. ed. Porto Alegre: AMGH, 2022.

PEREIRA, Kethlen Santos; RODRIGUES, Roger Giovane. Impactos do uso de telas na saúde mental de crianças e adolescentes: uma revisão bibliográfica. ***Revista Farol***, Rolim de Moura, v. 3, n. 3, ed. esp., p. 54–59, set. 2024. Disponível em: https://revista.farol.edu.br/index.php/farol/article/view/551. Acesso em: 31 mar. 2026.

RADESKY, Jenny et al. ***Young kids and YouTube****: how ads, toys, and games dominate viewing*. San Francisco: Common Sense Media, 2020.

ROCHA, M. F. A. et al. Consequences of excessive use of screens for children's health: an integrative literature review. ***Research, Society and Development***, *[S. l.]*, v. 11, n. 4, p. e39211427476, 2022, p. 1-10. DOI: 10.33448/rsd-v11i4.27476. Disponível em: https://rsdjournal.org/rsd/article/view/27476. Acesso em: 23 mar. 2026.

ROCHA, Luana Alves de Brito; MACHADO, Dinamara Pereira. Tela e crescimento: explorando a influência das tecnologias digitais no desenvolvimento infantil. ***Caderno Intersaberes***, Curitiba, v. 13, n. 49, p. 191–203, 2024. Disponível em: https://www.cadernosuninter.com/index.p

hp/intersaberes/article/view/3329. Acesso em: 5 maio 2026.

RODRIGUES MACHADO, Carla Eliza; DE LIMA SANTOS, Aliny; GROSSI-MILANI, Rute. Telas e Infância: Mediação familiar e educação digital. ***Revista da FAEEBA-Educação e Contemporaneidade***, v. 34, n. 78, p. 307–327, 2025. DOI: https://doi.org/10.21879/faeeba2358-0194.2025.v34.n78.p307-327. Acesso em: 5 maio. 2026.

ROSSI, L. P.; MAROUVO, M.; VILELA, T. M. *Mediação parental do uso de telas na era digital: um estudo com pais de crianças de 7 a 12 anos*. 2024. Monografia (Graduação em Psicologia) - Centro Universitário Barão de Mauá, Ribeirão Preto, 2024. Disponível em: https://repositorio.baraodemaua.br/items/b9fa3635-f101-4534-8279-cccd4b9c518b. Acesso em: 7 maio. 2026.

SALDAN, Paula Chuproski; SANTOS, Elaine Maria dos. A curricularização da extensão na UNICENTRO: trajetória, possibilidades e desafios. In: KOLODY, Andressa; BELÉM, Dan Junior Alves Nolasco (org.). ***Extensão em perspectivas***. Guarapuava: UNICENTRO, 2019. Cap. 9, p. 185-202.

SANTANA, Régis Rodrigues; SANTANA, Cristina Célia de Almeida Pereira; COSTA NETO, Sebastião Benício da; OLIVEIRA, Ênio Chaves de. ***Extensão universitária como prática educativa na promoção da saúde***. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 46, n. 2, e98702, p. 1-17, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/2175-623698702. Acesso em: 23 mar. 2026.

SANTOS, José Antônio dos; DEUS, Sandra de. Um novo tempo da extensão universitária brasileira. Interfaces – ***Revista de Extensão da UFMG***, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 6-16, jan./jun. 2014. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/18938. Acesso em: 29 jul. 2026.

SANTOS, V. V. de S.; DINIZ, J.C.V.; ALMEIDA, M. M. S. de.; SOUZA, S. O.; ALVES, Ângela G.; MARTINS, T. L. S. Uso de telas e os perigos a saúde mental de crianças e adolescentes: revisão integrativa. ***Revista Recien - Revista Científica de Enfermagem***, *[S. l.]*, v. 14, n. 42, p. 169–184, 2024. DOI: 10.24276/rrecien2024.14.42.169184. Disponível em: https://recien.com.br/index.php/Recien/article/view/831. Acesso em: 31 mar. 2026.

SARMENTO, P. F. *Os desenhos animados e a infância: da classificação indicativa à educação para as mídias*. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SILVA, A. F. G.; SONTAG, D. A. Formação continuada como espaço de escuta e reflexão docente: saberes compartilhados nos anos iniciais. ***Revista Espaço Pedagógico***, *[S. l.]*, v. 33, p. e17038, 2026, p.1-17. DOI: 10.5335/rep.v33.17038. Disponível em: https://ojs.upf.br/index.php/rep/article/view/17038. Acesso em: 5 maio. 2026.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **#Menos telas #mais saúde: atualização 2024.** Rio de Janeiro: SBP, 2024. Manual de orientação. Disponível em:

https://www.sbp.com.br. Acesso em: 23 mar. 2026.

SOUZA, L. H. B. B.; TEIXEIRA, J. M.; FIGUEIREDO, W. L. D. de; SILVA FILHO, L. C. G. da; SALVATIERRA, J. de L. C. V.; COLAVOLPE, F. B. B. S.; MENDES, R. de O. O Uso Excessivo de Telas e o Atraso no Desenvolvimento Infantil e Diagnósticos Equivocados de Transtornos do Neurodesenvolvimento: Banalização do Uso de Psicofármacos e suas Consequências. ***Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences***, *[S. l.]*, v. 7, n. 6, p. 1328–1350, 2025. DOI: 10.36557/2674-8169.2025v7n6p1328-1350. Disponível em: https://bjihs.emnuvens.com.br/bjihs/article/view/5988 . Acesso em: 5 maio. 2026.

STROUSE, Gabrielle A.; TROSETH, Georgene L.; O'DOHERTY, Katherine D.; SAYLOR, Megan M. *Co-viewing* supports toddlers' word learning from contingent and noncontingent video. ***Journal of Experimental Child Psychology***, v. 166, p. 310-326, 2018. DOI: 10.1016/j.jecp.2017.09.005. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.jecp.2017.09.005. Acesso em: 31 mar. 2026.

TUNES, Elisane Ortiz de; BARREIRO , Cristhianny Bento. FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA. ***Revista Leia Escola***, Campina Grande, v. 23, n. 2, p. 25–42, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.10443709. Disponível em: https://revistas.editora.ufcg.edu.br/index.php/leia/article/view/2133. Acesso em: 1 abr. 2026.

UHLS, Yalda T.; ROBB, Michael B. *How Parents Mediate Children's Media Consumption*. In: **Cognitive Development in Digital Contexts**. Cambridge: Academic Press, 2017.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE. **Resolução nº 7-CEPE-CAD/UNICENTRO**, de 21 de dezembro de 2012. Aprova o Regulamento de Extensão da UNICENTRO. Guarapuava: UNICENTRO, 2012.